

NEOLIBERALISMO: INTERPRETAÇÕES CRÍTICAS E DEFENSIVAS, INTENCIONALIDADES E IMPLICAÇÕES

Flavio Lima

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

ORCID: [0000-0002-3547-9539](https://orcid.org/0000-0002-3547-9539)

limafr@unicamp.br

RESUMO: As neoliberalizações avançam de modo significativo em muitos territórios do ocidente global nos quais desempenham papéis estruturantes nas políticas estatais e nas relações sociais, produzindo efeitos diversos. Tais efeitos têm despertado atenção de inúmeros intelectuais, que, desde diversos campos teóricos e políticos, lançam luz sobre questões relacionadas a tais papéis, atribuindo significados ambíguos ao conceito de neoliberalismo, defendendo-o tanto em termos favoráveis quanto em termos contrários e mobilizando-o para explicar e ou analisar fatos concretos bastante heterogêneos entre si, argumentando que sua sistematização se desdobra em seus aspectos positivos, por um lado, e negativos, por outro. Em função das ambiguidades e da abrangência de seu escopo, o conceito carece de ser interrogado, para que se compreenda o que esses intelectuais explicitam e o que deixam de explicitar em suas análises. Meu objetivo neste artigo é colocar o neoliberalismo em debate, oferecendo pistas teóricas que permitam analisar seus fundamentos a partir dos significados e das intencionalidades que existem por trás de suas mobilizações teóricas. Para tanto, realizo um balanço teórico das principais interpretações que permitem delinear os campos teóricos dos intelectuais que formularam os preceitos do neoliberalismo e dos que teceram críticas a eles, a partir da seguinte estrutura: (i) quais acepções delinearão os fundamentos do neoliberalismo; (ii) que interpretações buscaram examinar tais preceitos, tecendo críticas sobre eles, e a quais aspectos se atêm. Nesse caminho, proponho uma interpretação que se oriente a compreender os elementos constitutivos das neoliberalizações em curso, atentando-se para seus aspectos empíricos concretos – portanto, uma interpretação dotada de espaço-temporalidade. Pretendo elaborar uma discussão que, além de apontar quem ou qual campo está errado e quem está certo, explicitar como o avanço dos preceitos está potencializando as mazelas que são próprias do capitalismo a que ele confere sustentação.

Palavras-Chave: Neoliberalismo; Políticas estatais; Transformações sociais; Capitalismo.

NEOLIBERALISM: CRITICAL AND DEFENSIVE INTERPRETATIONS, INTENTIONALITIES, AND IMPLICATIONS

ABSTRACT: The neoliberalizations move along across many territories of the global world, where they play a structuring role in state policies and social relations, producing pervasive effects. These effects are analyzed from diverse theoretical and political perspectives. Such perspectives attribute ambiguities to the concept of neoliberalism: they defend the structural adjustment in favorable and negative terms and mobilize it to justify quite heterogeneous concrete changes, highlighting positive aspects and negative aspects. The ambiguities and the breadth of its scope require interrogation to understand what these intellectuals make explicit and what they omit in their analyses. My objective in this paper is to debate neoliberalism by analyzing its foundations, based on the meanings and intentions behind its theoretical mobilizations. By this, I undertake a theoretical review of the perspectives of the intellectuals who formulated the precepts of neoliberalism on one side and of the intellectuals who analyzed and critiqued the neoliberal adjustments on the other, to understand: (i) which meanings delineated the precepts of neoliberalism; (ii) What are the motivations and limitations of intellectuals who thoroughly analyzed such precepts and offered criticisms of them. In this manner, I propose an interpretation aimed at understanding the constitutive elements of ongoing neoliberalizations, focused on their concrete empirical aspects — consequently, an interpretation endowed with spatio-temporality. Through the discussion, I intend to go beyond pointing out who or which field is right and who is wrong and elucidate how the advancement of these precepts is exacerbating the inherent maladies of the capitalism they sustain.

Keywords: Neoliberalism; State policies; Social transformations; Capitalism.

INTRODUÇÃO

Desde a ocorrência da grande crise financeira global, iniciada em 2007, os avanços das neoliberalizações são cada vez mais identificados em muitos territórios do ocidente global. As implicações decorrentes de tais avanços repercutem de modo cada vez mais incisivo e dramático sobre esses países. Vemos, em especial, um conjunto de ajustes relacionados à restrições nos repasses dos fundos do Estado ao social em geral – em especial nos setores da educação pública, moradia, saúde e auxílios aos trabalhadores –, bem como a privatizações das estruturas que fornecem tais direitos, amplamente tornadas mercadorias (Rodrigues, 2022), além de um conjunto de modificações nos marcos regulatórios do trabalho (Coutinho, 2021) que convergem para a supressão de direitos e para o enfraquecimento da negociação coletiva (Antunes, 2018). Na maioria das ocorrências, tais ajustes são implementados à toque de caixa, com a mobilização do aparato repressivo do Estado, sob a retórica de que eles contribuem para melhorar a eficácia dos indicadores econômicos (Harvey, 2018) e o bem-estar social em geral (Chomsky, 2021).

Embora a ocorrência de tal crise tenha sido explorada como uma oportunidade para consolidar e sistematizar os ajustes neoliberais, a formulação dos preceitos que fundamentam o neoliberalismo percorreu uma longa marcha (Hall, 2011) secular. Seus antecedentes são imediatos à manifestação da grande depressão que eclodiu em 1929, quando seus ideólogos buscaram formular um “conjunto de preceitos que nos ofereça orientação definitiva para a solução dos problemas” (Hayek, 2013, p. 239) despertados com a depressão; uma forma de restabelecer o equilíbrio da acumulação que foi perturbado (Marx, 2017[1894]). Sua implementação, no entanto, se deu de modo mais sistematizada três décadas seguintes, na esteira da manifestação da recessão que eclodiu em 1973. Desde a ocorrência desta recessão, o neoliberalismo tem sido implementado por toda parte como maneira de conferir sustentação à reprodução ampliada de capital. Trata-se, portanto, de um projeto de restauração do poder de classes (Harvey, 2008 [2005]) dominantes, instaurado para sustentar e proteger o capitalismo contemporâneo.

O fato de os avanços das neoliberalizações serem cada vez mais identificáveis em muitos territórios do ocidente global onde os ajustes estruturam e subordinam as políticas estatais e as relações sociais, imiscuindo-se em todas as esferas da vida, tem despertado atenção de inúmeros intelectuais. São muitas as interpretações que, desde diversos campos teóricos e políticos, lançam luz sobre questões que a eles se relacionam, demonstrando como os fundamentos dos ajustes, pautados na liberalização dos mercados, privatizações das infraestruturas públicas e restrições dos fundos públicos do Estado (Oliveira, 1998; Arrais, 2022), ou mesmo seus redirecionamentos (diretos e indiretos) para as iniciativas privadas, repercutem de modo muito ambíguo sobre seus significados.

Argumenta-se, por um lado, que os ajustes neoliberais são viáveis alternativas políticas que garantem a liberdade e a subsequente prosperidade individual (Johnson, 2003) e, por outro, que tais ajustes têm baseado na visão idílica de liberdade individual que se embasa no aumento da produtividade e a precarização do trabalho (Antunes, 2004) de muitos, como forma de garantir a manutenção do poder, dos direitos de propriedade e da concentração de capital de poucos (Harvey, 2008[2005]). Surge, portanto, uma primeira dificuldade relacionada ao entendimento de um conceito que muitas vezes tem significados distintos a ele atribuído.

Contudo, as dificuldades relacionadas ao entendimento do neoliberalismo não se resumem unicamente à ambiguidade de seu significado. Relacionam-se, também, ao escopo de sua mobilização. O conceito passou a ser utilizado para fundamentar e ou analisar a ocorrência

de fatos concretos bastante heterogêneos entre si, tais como as mobilizações que descrevem aspectos positivos derivados dos ajustes, como a prosperidade dos países e dos povos que o elegem, e o sucesso das democracias e dos livres mercados que o adotam (Johnson, 2003). Também são descritos aspectos negativos relacionados às adversidades e implicações dramáticas que os ajustes produzem, que vão desde as problemáticas urbanas-ambientais (Rodrigues, 2018; Pintos & Astelarra, 2023) e mudanças climáticas (Castree, 2006), passando pelas políticas públicas e os fundos do Estado (Oliveira, 1998; Arrais, 2022), até situações de expulsões, migrações (Gago, 2014) e reassentamentos de trabalhadores pelo mundo (Ritchie, Carpenter & Mojab, 2022), além do aumento das desigualdades e da pobreza (Harvey, 2018).

Tais mobilizações fazem com que o neoliberalismo apareça como um desses conceitos polissêmicos, que não possui nenhuma fronteira analítica, utilizado para situar e explicar muitas problemáticas do capitalismo contemporâneo, mas que é elucidativo de pouca coisa ao mesmo tempo. Não há, portanto, uma definição clara ou pelo menos um consenso sobre o que ele significa.

Diante dessas dificuldades, surgem algumas questões: Quais os significados possíveis de um conceito definido a partir de distintos campos teóricos e políticos – contraditórios e irreconciliáveis entre si, inclusive? Que intencionalidades existem por trás das mobilizações favoráveis e negativas de tal conceito?

A carência da problematização relacionada a tais questões revela a necessidade de um debate que os coloque em tela e exige construir um arcabouço teórico crítico adequado que dê conta de apontar quais as acepções e interpretações que fundamentam tal conceito. Dito isso, meu objetivo neste artigo consiste em colocar o neoliberalismo em debate para oferecer pistas teóricas que permitam analisar e discutir os significados e as intencionalidades que existem por trás de suas mobilizações.

As tentativas perseguir esse exercício, seja em função do alcance temporal atingido na longa marcha centenária que marca a formulação e a sistematização de seus preceitos, seja em função da abrangência espacial dos ajustes que foram implementados ao redor de muitos países do ocidente global, correm o risco de simplificar a variedade e a riqueza de interpretações produzidas em torno delas. Como forma de escapar aos simplismos da nomeação fácil do neoliberalismo, me atentarei para aquelas que foram as principais correntes que formularam suas bases principais e aquelas que interpretaram seus fundamentos. Assim, interrogo as acepções e interpretações existentes do conceito de neoliberalismo com o seguinte

questionamento: o que elas explicitam e o que deixam de explicitar ao teorizar sobre as problemáticas que envolvem o neoliberalismo?

Dois campos teóricos que debatem o neoliberalismo permitem oferecer elementos responsivos para tal questionamento. De um lado, está o campo teórico e político dos ideólogos formuladores, cujas acepções iniciais são intrínsecas e favoráveis ao neoliberalismo emergiram na esteira das transformações ocorridas na Europa ocidental pós-depressão de 1929, como tentativa de oferecer respostas aos seus desdobramentos. Não sem intencionalidade, suas definições vão sendo encobertas por retóricas que mobilizam os efeitos das implementações do neoliberalismo de maneira favorável; que argumentam que a liberdade (palavra-chave dos ideólogos formuladores) traz benefícios aos povos e nações, como se seu projeto político fosse uma mera proposição libertária segundo a qual os indivíduos são livres para fazer, comprar e vender o que quiserem, a seu bel-prazer (sem a interferência do Estado) e isso fosse o que oferece bem-estar.

Do outro lado está o campo teórico e político dos intelectuais críticos aos preceitos neoliberalismo, cujas interpretações emergiram como tentativa de compreender as implicações mais dramáticas que desdobraram na esteira da manifestação da recessão de 1973 e que agudizaram enormemente ante a eclosão da crise financeira de 2007-2008 que, pelo teor dos efeitos produzidos tanto em termos de grau quanto em termos de abrangência espacial, assumiu proporções de relevância e significado sem precedentes na história do capitalismo. Esses intelectuais analisam os preceitos elaborados, bem como suas implementações, identificando como eles estão alterando as relações socioespaciais ao serem imiscuídos em todos os domínios da vida, implicando, portanto, em um conjunto de desdobramentos – muitos deles perversos para as populações. Tais interpretações, a despeito de suas diferenças substanciais, tecem considerações que buscam compreender os conteúdos e os efeitos dos ajustes que vêm sendo implementados de modo abrupto, violento e veloz em muitos territórios do ocidente global. Com algumas diferenças, apontam as ideologias e políticas nem sempre explicitadas e intencionalidades ofuscadas com tal ocultamento.

Apesar das dificuldades relacionadas às definições e ao escopo do uso por cada um destes dois campos, há um elemento comum às suas mobilizações: nos dois o conceito de neoliberalismo é mobilizado imediatamente após as manifestações das crises do Capital (Harvey, 2014), seja no momento de formulação (pós-depressão de 1929), seja no de sua sistematização (pós-recessão de 1973), ou no de seu acirramento (pós-crise financeira de

2007-2008). Ou seja, os preceitos e as críticas que delineiam o neoliberalismo são todos produtos dos avanços que se deram nos períodos de latência.

Por tal caráter, o neoliberalismo pode ser considerado um processo com traços que se constituem em meio ao movimento das manifestações das crises do Capital, cujos ajustes que o delineiam são implementados como maneira de gerir tais crises, na busca de encontrar soluções momentâneas (Marx, 2017[1894]) para elas, nem que para isso necessite tornar as contradições latentes – promovendo a precarização exacerbada da força de trabalho e a degradação crescente da natureza (Antunes, 2004; 2018) – de um processo cumulativo, crônico e permanente que, apesar de seu caráter estrutural (Mészáros, 2002[1995]), se recompõe manifestando suas contradições entre colapsos, ajustes e recomposição da acumulação de capital (Harvey, 2014).

Na busca por apresentar, ao longo do artigo, os elementos que descrevem esses dois campos teóricos e políticos, explorarei uma vasta gama de contribuições teóricas com forma de explicitar os elementos mais significativos relacionados às suas motivações, intencionalidades e insuficiências. Apesar da relevância, tais campos não esgotam, é claro, o tema. Eles permitem, no entanto, demonstrar que, na base de sua fundamentação, tanto pelo campo dos que formulam quanto dos que criticam, está a leitura da estrutura política do capitalismo (Harvey, 2018; Lima, 2023) e as suas possibilidades de superação – um mais coeso em termos de efetivação e outro menos.

Tal exercício perseguirá as características que demarcam as geografias constituintes dos processos de neoliberalização para demonstrar que o conceito é, antes de tudo, produto mesmo dos contextos históricos e espaciais sob os quais é mobilizado para ser implementado. Portanto, uma interpretação dotada de espaço-temporalidade.

Ao final, defendo que uma compreensão dos fundamentos teóricos do neoliberalismo exige que a devida contextualização de suas implementações - seja relacionada à condução pelos mercados, seja relacionada à efetivação promovida pelo Estado - leve em consideração uma combinação de seus conhecimentos prévios acerca de suas motivações, intencionalidades e insuficiências, bem como as geografias constituintes (terreno social e os campos de força que sob ele atuam) dos territórios nos quais ocorrem suas implementações. Com isso, talvez, possa-se avançar no sentido da superação possível do neoliberalismo.

1. INTERPRETAÇÕES DO NEOLIBERALISMO: PERSPECTIVAS CRÍTICAS E DEFENSIVAS

Este item destaca os fundamentos que norteiam as teorias do neoliberalismo, tentando revelar suas intencionalidades e implicações. Tais elementos nos permitem problematizar ainda mais o neoliberalismo como um projeto político contínuo, heterogêneo em sua forma, com manifestações adaptáveis, cuja vitalidade revela não apenas sua mutabilidade ao longo de mais de um século que o estrutura (Lima, 2023), mas também sua manifestação como um projeto político de restauração e manutenção do poder das classes burguesas na condução da sociedade. Descreverei o contexto, os eventos e os argumentos de filósofos e intelectuais que delineiam a teoria do neoliberalismo.

Para começar, deve-se destacar que não há uma definição precisa ou consensual sobre o que fundamenta o neoliberalismo (Harvey, 2008 [2005] & 2020; Castree, 2006), sobre quais são seus elementos constitutivos e seus significados. Como objeto de correntes muito diversas teórica e politicamente entre si, o neoliberalismo se delinea a partir de um conjunto muito heterogêneo de definições realizadas por distintos teóricos.

O contexto da formulação dos preceitos do neoliberalismo está circunscrito às transformações geopolíticas que demarcaram a Europa nas primeiras décadas do século XX. Desde o final do século XIX – com maior intensidade a partir da década de 1910 –, a Europa Ocidental assistiu a uma gama de lutas sociais que reivindicavam a ampliação dos direitos sociais, culminando na efetivação de distintas modalidades de intervencionismo estatal (liberal clássica, liberal-keynesiana e socialista) em áreas-chave das esferas privada e pública (Mann, 2016). Como resultado das reivindicações, houve a ampliação do planejamento e das formas de intervenção e regulação estatais que, ao mesmo tempo que asseguravam a ampliação de determinados (e reduzidos) direitos e garantias às classes trabalhadoras pela via do repasse dos fundos públicos às questões sociais, estabelecendo padrões materiais mínimos, também continham as possibilidades de novas insurgências que poderiam ameaçar a estrutura de rentabilidade que se assentava sob a propriedade privada e o trabalho explorado.

Na década de 1920, após o término da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a incidência do intervencionismo estatal passou a apresentar sinais de esgotamento e foi colocada em xeque ante a eclosão da crise de superprodução, que provocou uma queda das ações da bolsa de valores estadunidense – eclosão que repercutiu em uma grande depressão global (Mészáros, 2002[1995]). Com esse cenário posto, o intervencionismo passou a ser alvo

de escrutínio nos embates públicos. Tais embates são amplos e demarcados por muitas controvérsias, sobre as quais muitos intelectuais e políticos intercederam, cada um demarcando sua intencionalidade. Foi contra as formas de intervencionismo que o movimento que formulou os preceitos do neoliberalismo se colocou, e em busca de desgastar essas experiências que o projeto político intercontinental que o descreve teve lugar.

Esses embates tiveram longa duração, desde a depressão de 1929, atravessando o período entre guerras e da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Em meio a todos esses períodos, que coincidem com a ascensão do regime socialista instaurado na Ex-União Soviética e dos movimentos fascista e nazista, o intervencionismo estatal, apesar de todo o escrutínio e de se organizar sob estruturas de regulação intervencionistas distintas entre si, continuou sendo implementado na Europa.

Na década de 1940, um conjunto de alterações na estrutura de funcionamento da forma política de muitos países do ocidente global demarcou a reorientação dos pressupostos do capitalismo: a mudança do padrão ouro-dólar (Harvey, 2020), o estabelecimento do Plano Marshall para reconstrução da Europa ocidental (Bambirra, 2013 [1978]), para mencionar algumas entre as mais marcantes, colocaram o intervencionismo estatal sob condição de desgaste.

No entanto, as forças democráticas em pugna sustentaram a implementação do intervencionismo estatal em muitos países do norte ocidental nos quais o projeto liberal-keynesiano determinou a forma política de estruturação estatal por algumas décadas (Mann, 2016). Para se ter dimensão da abrangência de sua sistematização, o keynesianismo foi implantado em muitos países, com projetos nominados de *Welfare State* (Inglaterra e Estados Unidos), *Etat-Providence* (França) e *Sozialstaat* (Alemanha) (Boschete, 2007) ou ainda de [sub]desenvolvimentista (no caso de países do sul global como o Brasil, a Argentina e o Chile), que tiveram suas políticas parcialmente inspiradas nos preceitos liberais-keynesianos (García Linera, 2021) por muitas décadas.

Contra tais formas emergem um conjunto de intelectuais que visavam discutir como poderia ser estabelecido um projeto que desgastasse as formas intervencionistas keynesianas e desse outro rumo para a forma política do capitalismo. No bojo do processo de reorientação dos pressupostos de expansão capitalista, entre as décadas de 1940 e 1960, um conjunto de intelectuais e políticos buscou dar respostas concretas à forma política que revestiria o sentido filosófico e ideológico do intervencionismo estatal, cujas acepções, apesar de terem motivações distintas, deram lugar ao projeto neoliberal. Passo a descrever, então, as motivações, crenças e

interesses relacionados a esses dois campos, bem como a destacar suas motivações, intencionalidades e insuficiências.

1.1. AS FORMULAÇÕES DOS PRECEITOS E AS INTERPRETAÇÕES DEFENSIVAS DO NEOLIBERALISMO

As acepções iniciais que são intrínsecas aos preceitos do neoliberalismo foram estruturadas no início do século XX, dentro de um projeto que visava restaurar o poder das classes dominantes (Harvey, 2008[2005]). Ainda que o papel das estruturas do neoliberalismo – e dos Estados nacionais que institucionalizam seus preceitos – seja altamente relevante para explicitar como se deram os avanços [e os retrocessos que eles ensejam] dos preceitos do neoliberalismo nesse quadrante histórico, tais avanços não podem ser explicados sem uma consideração das motivações e intencionalidades dos primeiros formuladores das linhas mestras do neoliberalismo.

Dois eventos ocorridos na primeira metade do século XX reverberam na estruturação dos preceitos que fundamentam o neoliberalismo como um arcabouço teórico, ideológico e político. O primeiro deles foi o Colóquio Walter Lippmann, que ocorreu em 1938, em Paris, França. Tal colóquio foi organizado por Louis Rougier e contou com a presença de inúmeros teóricos de duas correntes principais da internacional liberal: de um lado estiveram os representantes do ordoliberalismo alemão (destaque para Wilhelm Röpke e Alexander Rüstow) e, de outro, os representantes do neoliberalismo austro-americano (destaque para Ludwig Von Mises e Friedrich Hayek).

Os integrantes do colóquio tinham entre seus objetivos analisar criticamente os fundamentos do liberalismo clássico e do socialismo para, com isso, redefinir não apenas as modalidades de regulação dos Estados-nacionais sobre as atividades privadas comandadas pelo mercado que deles derivavam, mas também confrontar o intervencionismo estatal que direcionava seus fundos para atender às demandas dos cidadãos embutidos em seus fundamentos (Peck, 2008; 2013; Brennetot, 2015; Dardot & Laval, 2016).

De acordo com os argumentos do jornalista americano Walter Lippmann (1889-1974), cuja relevância deu nome ao colóquio, o intervencionismo (em suas manifestações nazi-fascistas, socialistas e keynesianas) assolava igualmente a Europa e os Estados Unidos quanto. Embora bastante divergentes, todas elas eram, segundo ele (Peck, 2013), mais ou menos idênticas em termos de intervenção estatal e sustentação de uma sociedade e, por isso,

colocavam em risco as formas de estruturação social da liberdade do mercado (Mirowski, 2009).

Apesar das diferenças, as duas correntes teóricas que integraram o movimento tinham em comum: o desacordo com o antigo liberalismo (que, neste aspecto, se consolida enquanto uma “terceira via” (Dardot & Laval, 2016, p. 120-121) do liberalismo que não deveria se confundir com as doutrinas da intervenção e da não intervenção); e a recusa da ideia de que a liberdade é um dado natural, ela precisaria ser estimulada. Cabia ao Estado assumir esse papel de estímulo (Dardot & Laval, 2016, p. 68-77). Para privilegiar as formulações produzidas durante o evento acadêmico, acrescentou-se o prefixo “neo” (Brennetot, 2015), como um recurso que caracteriza a “novidade” do movimento (Dardot & Laval, 2016, p. 32). Lançaram-se aí os fundamentos doutrinários do que foi percebido na França como um novo intelectual, denominado de neoliberalismo.

O segundo evento ocorreu com a criação de uma organização, conhecida como Mont Pèlerin Society, em 1947. A ideia de criação se consolidou na primeira reunião de um grupo de intelectuais de distintos campos do conhecimento (economistas, cientistas políticos, historiadores, juristas e filósofos) que ocorreu na cidade de Mont Pèlerin, Suíça.

Segundo os historiadores (Mirowski, 2009), embora o termo neoliberalismo tenha sido consolidado no colóquio de 1938, a fundação da sociedade pode ser considerada um marco definidor do surgimento do 'neoliberalismo organizado', como um projeto político que continha em si um conjunto de motivações e intencionalidades. Isso porque, em primeiro lugar, o conjunto de formuladores moldou as doutrinas básicas que foram rapidamente rotuladas de “neoliberalismo”. Ao fazê-lo, acirraram os argumentos relacionados ao avanço das formas intervencionistas vigentes (nazismo, fascismo, socialismo, comunismo), não apenas reconhecendo sua abrangência, mas tratando-as como inimigas comuns das manifestações de liberdade do sujeito (Mirowski, 2009; Brennetot, 2015; Dardot & Laval, 2016).

Em segundo lugar, seu compromisso fundamental exacerbava a ampliação dos ideais de liberdade. Ao avaliar o papel dessa sociedade, David Harvey (2008[2005]) explicita que seu compromisso marcava a adesão aos princípios de livre mercado da economia neoclássica, mas tinha como fundamento os elementos da defesa da propriedade privada e da acumulação irrestrita de capital. Para atingir tais objetivos, os intelectuais observaram que isso implicava um esforço de reforma abrangente e de longo prazo, refazendo toda a estrutura da sociedade, não excluindo o mundo corporativo (Mirowski, 2009). Era necessário, portanto, não apenas aconselhar os políticos, tal qual vinham fazendo seus ideólogos formuladores desde a

ocorrência do evento de Paris, mas também elaborar concepções fundamentais que constituem o arcabouço de seu pensamento e os orientam em sua ação (Hayek, 2013). Havia, portanto, um comum acordo sobre a necessidade de travar uma guerra contra qualquer forma de transferência do Estado para questões sociais e qualquer forma de regulamentação do mercado.

A maioria das análises do neoliberalismo tem se concentrado em seu compromisso com mercados 'livres', desregulamentação e comércio (Mirowski, 2009). Muitas dessas análises argumentam, em contraposição a uma certa leitura de continuidade, que o neoliberalismo se estrutura como uma espécie de continuísmo do liberalismo. Há um exagero nas afirmações que encontram semelhanças entre o liberalismo e as duas formas políticas. Embora não seja o foco do artigo rastrear todas as diferenças entre o liberalismo e o neoliberalismo, basta indicar alguns elementos que permitem compreender que, antes de ser a continuidade do liberalismo, os fundamentos do neoliberalismo se expressam pelo afastamento dos preceitos liberais que o inspiram.

O liberalismo clássico, desenvolvido por pensadores como Adam Smith e John Stuart Mill, tem em seus fundamentos a defesa da liberdade individual, a propriedade privada e o livre mercado. Defendiam que a livre concorrência entre empresas privadas leva à eficiência econômica e ao progresso social (Polanyi, 2021[1944]). Essas condições tinham em si precedentes naturais que o conduziriam para a sociedade. Na virada para o século XX, o liberalismo foi caracterizado por uma maior disposição a permitir que o Estado se torne um participante ativo na economia. Essa participação resultou no aumento das formas de regulação do mercado e no fornecimento de bens e serviços essenciais a parcela da sociedade (Harvey, 2008[2005]).

Os fundamentos do neoliberalismo se aproximam e se distanciam daqueles que o inspiraram em grande medida. A admissão de um de seus preceitos basilares, contrariamente à doutrina liberal clássica, é a ideia segundo a qual a boa sociedade triunfará apenas se for reconciliada com o fato de que as condições para sua existência devem ser construídas e não surgirão "naturalmente" (Dardot & Laval, 2016) como previa o liberalismo clássico. Não há, para a maioria das correntes, possibilidades de triunfo natural. Pelo contrário, tal qual argumentavam os ideólogos formuladores do neoliberalismo, a forma política estruturada na virada do século poderia conduzir à limitação do mercado e à implementação da propriedade coletiva dos meios de produção (Mises, 2010[1949]).

Como demonstrou Nofal (2023), os ideólogos do neoliberalismo “viam que a fraqueza da abordagem liberal abria a porta para a expansão do socialismo e do planejamento econômico, o que os levou a pensar na recrudescência de uma antiga tendência intelectual – o liberalismo clássico – mas com dimensões políticas radicalmente alteradas. Contra tais implementações, era necessário criar estruturas que garantissem a reprodução da propriedade privada contra o avanço das formas coletivas. Muito mais que um projeto de alterar os rumos da sociedade, tinha em seu interior o interesse de evitar o quanto fosse possível a insurgência de novos conflitos que ameaçassem a estrutura da propriedade privada. Seu programa pode ser condensado numa única palavra: “propriedade, isto é, propriedade privada dos meios de produção” (Mises, 2010[1949]).

Em função destas e de outras distinções importantes, deve-se levar em conta que o neoliberalismo não é uma refundação dos preceitos do liberalismo clássico. Esse aspecto faz com que muitos defendam que seu surgimento se deu como uma maneira de “reviver” o liberalismo econômico clássico e promover um retorno às ideias do século XIX de livre comércio, estado mínimo (Mises, 2010[1949]), mas seus preceitos são distintos. Apesar do prefixo “neo” ter sido adicionado à palavra liberalismo e de, em alguma medida, existirem elementos balizadores comuns entre as duas manifestações políticas, o neoliberalismo não se estrutura como uma forma renovada ou contemporânea de liberalismo” (Harvey, 2005[2008]). Este é o sentido das motivações dos intelectuais que participaram do colóquio e, posteriormente, conformaram a Sociedade Mont Pélerin.

Em terceiro lugar, é necessário ter em conta que o neoliberalismo não preserva em si fundamentos filosóficos e epistemológicos de maneira homogênea. Os ideólogos que estiveram no colóquio e conformaram a Sociedade em sua fundação eram oriundos de países diferentes, possuíam formações distintas e, principalmente, preservavam consigo valores sociais, políticos e morais diversos (Rodrigues, 2013).

Entre eles, pode-se encontrar ao menos três escolas de pensamento que contribuíram enormemente na formulação dos preceitos do neoliberalismo: i) a escola austríaca, representada por Carl Menger e Ludwig von Mises. Tal escola enfatizava a importância da ação [intervenção] humana para o funcionamento da economia. Os economistas austríacos criticam a intervenção estatal na economia, argumentando que ela distorce os incentivos e impede o bom funcionamento dos mercados; ii) a escola alemã, representada por Walter Eucken e Franz Böhm. O ordoliberalismo combinava alguns aspectos do liberalismo clássico com a necessidade de uma certa ordem institucional para garantir o bom funcionamento da economia.

Sua contribuição consiste em criar um "Estado de Direito" que proteja a propriedade privada, a livre concorrência e os contratos; e iii) a escola de Chicago, representada por Milton Friedman. O monetarismo enfatiza o papel da política monetária no controle da inflação. Os monetaristas acreditam que a oferta de moeda deve crescer a uma taxa constante e previsível para evitar flutuações na economia (Rodrigues, 2013).

Com as contribuições destacadas, essas escolas conformaram um novo modelo de intervencionismo que fundamentou o neoliberalismo. Apesar de todas as possíveis distinções entre as várias correntes existentes, o que mantinha os ideólogos formuladores de cada uma dessas escolas unidos era "recrudescência de uma antiga tendência intelectual – o liberalismo clássico – mas com dimensões políticas radicalmente alteradas" (Turner, 2008, p. 68).

Entre as motivações do projeto, encontrava-se a ambição por promover a defesa irrestrita da primazia das liberdades individuais, especialmente a econômica, como princípio reitor. Adicionalmente, o mercado livre e a ordem social do livre mercado (baseada na primazia das liberdades individuais) é a mais viável forma de cooperação social rumo ao progresso econômico (Mises, 2010[1949]). E, ainda, tinha como intencionalidade a alteração na forma de atuação e nas próprias funções do Estado (Oliveira, 1998). Para que o projeto fosse instaurado e a liberdade total fosse alcançada, defendiam que a intervenção e a regulação estatal fossem reduzidas ao ato de resguardar a autonomia e os exercícios individuais. Era necessário que o papel do Estado fosse reduzido ao mínimo, que cumprisse o papel de viabilizar a disseminação dos preceitos (Mirowski, 2009, p. 436) da racionalidade da eficácia e da concorrência em todos os níveis.

No entanto, embora defendam a suposta retirada do Estado de todos os exercícios coletivos, é por intermédio da intervenção do Estado e do remodelamento de suas instituições (Mirowski, 2009) que o projeto é efetivamente implementado. Segundo argumentou Carl Schmitt, "apenas um estado forte pode preservar e aprimorar uma economia de mercado livre" e "apenas um Estado forte pode gerar descentralização genuína, [e] criar domínios livres e autônomos" (citado em Cristi, 1998, p. 31-34). Essa intencionalidade, relevante no projeto de restauração do poder das classes dominantes que sedimenta o neoliberalismo, nem sempre é explicitada pelos ideólogos formuladores.

Apesar desse conjunto de compromissos – que convergem, em grande medida, para a implementação do projeto – os fundamentos do neoliberalismo não eram coesos. Embora alguns autores (Maines, 1998) defendam que o neoliberalismo é uma tradição coesa de

pensamento político, existem muitas distinções entre seus ideólogos. Mesmo quando convergem para o fato de que as dimensões políticas do liberalismo necessitavam ser radicalmente alteradas, principalmente no que se refere à regulação e ao intervencionismo, divergiam sobre como as aplicações específicas de fundamentos que viabilizariam tal mudança deveriam ocorrer – em grau e em essência.

Para explicitar essas divergências, menciono as questões do planejamento estatal e da ação social a partir de duas questões: o planejamento deveria interceder em favor da coletividade ou em favor das ações individuais? A ação deveria ser espontânea ou induzida?

As acepções de Ludwig von Mises e Friedrich von Hayek permitem demonstrar as divergências quanto às formas de planejamento e de ação social na existência de divergências quanto às modalidades e caminhos para suas implementações.

Em *Ação Humana: Um Tratado de Economia* (2010[1949]), Mises apresenta determinados princípios econômicos que fundamentariam sua acepção do neoliberalismo. Contrariando as interpretações coletivistas que sugeriam que o Estado deveria interceder e direcionar as ações econômicas e sociais, o autor defendeu que o planejamento estatal deveria induzir unicamente em favor da correção das falhas de mercado. Segundo indicou, o único propósito legítimo do Estado é salvaguardar a liberdade individual, especialmente a comercial, bem como fortes direitos de propriedade privada.

Argumentou ainda que a ação espontânea dos indivíduos, guiada por interesses pessoais e interações de mercado, leva a uma ordem mais eficiente e natural. Sua ação deveria direcionar à espontaneidade das capacidades individuais, já que os indivíduos também são vistos como sendo os únicos responsáveis pelas consequências das escolhas e decisões que tomam livremente: casos de desigualdade e injustiça social flagrante são moralmente aceitáveis, pelo menos na medida em que possam ser vistos como resultado de decisões livremente tomadas (Hayek, 2010 [1944]; 2013). É a ação coordenada em prol da liberdade e a escolha pessoal a todos os membros da sociedade a única forma de governar capaz de oferecer triunfo social.

As acepções de Mises, fortemente contrárias ao coletivismo, influenciaram um conjunto de intelectuais europeus. Entre eles, o mais influente foi Hayek, cujas publicações o definem como um proeminente ideólogo da escola austríaca. Em tais publicações, o autor defende os fundamentos da liberdade individual como um princípio reitor do neoliberalismo. Em *O caminho da Servidão* (2010[1944]), Hayek argumentou que o planejamento central não era apenas antidemocrático como também que, em última instância, ele não poderia responder aos sinais

do mercado. A intervenção estatal conduziria à perda da liberdade – e, portanto, à limitação das potencialidades do sujeito. Segundo ele, o caminho para emancipar a sociedade da servidão deveria ser alcançado por intermédio de formas de persuasão, instrução e doutrinação (2010[1944]).

A importância que Hayek atribuiu às ideias – ao campo subjetivo da conformação do sujeito – e ao papel que elas tinham na transformação social também é relevante. A prosperidade dos países – ainda que distinto, tratado como sinônimo de prosperidade social – estava demarcado na possibilidade de o conhecimento ser usado por todos dos indivíduos (Johnson, 2003). A batalha deveria, para ele, ser travada no campo da psicologia cognitiva, campo no qual realizou estudos fez estudos que terminaram repercutindo em “leituras fatalistas da influência perniciosa do capitalismo na ordem mental, criando um estado de coisas em que seria difícil, se não impossível, pensar fora da lógica do capitalismo (Hayek, 2010).

Portanto, Mises e Hayek buscaram implementar seu projeto de restauração a partir de formas (sob o signo da autorresponsabilização e do autoengajamento) e dispositivos convergentes e divergentes entre si. Com fins definidos, esses dois ideólogos formuladores do neoliberalismo empreenderam um esforço coordenado no sentido de alcançar tais objetivos específicos muito bem delimitados: um projeto político e ideológico de restauração do poder das classes (Harvey, 2008[2005]) dominantes. Nesse aspecto, o neoliberalismo aparece como uma decantação do liberalismo (Dardot & Laval, 2016), representando uma revolução na estrutura de funcionamento do capitalismo, tal qual se processara até então.

Embora desde a década de 1930 o projeto de restauração do poder de classes estivesse sendo formulado, apenas nas décadas de 1960 e 1970 ele começa a ser sistematizado. A insurreição dos revolucionários de 1968, que clamavam por pulsões de liberdade em muitos domínios da vida, e a incidência do choque do petróleo que deu origem à grande recessão global de 1973, foram explorados como oportunidades para consolidar e sistematizar os ajustes neoliberais; para colocar todas as formas de intervenção estatal no alvo da amarga guerra de classes do neoliberalismo (Chomsky, 2021). Desde então, as neoliberalizações avançam de modo significativo em muitos territórios do ocidente global, desempenhando papéis estruturantes nas políticas estatais e nas relações sociais de maneira cada vez mais unilateral, produzindo efeitos diversos. São esses efeitos que os intelectuais que analisam os preceitos elaborados, bem como suas implementações, buscam identificar. Passarei a descrevê-las no item seguinte.

1.2. AS INTERPRETAÇÕES CRÍTICAS DOS PRECEITOS DO NEOLIBERALISMO E DE SUAS IMPLICAÇÕES

Com a “enfática [virada] para o neoliberalismo nas práticas e pensamentos político-econômicos” (Harvey, 2008[2005], p. 2-4), o conjunto de preceitos que o delineiam foi sendo estruturado de forma veloz e abrupta no interior das sociedades ocidentais. Desde então, a neoliberalização passou análise. Muitas definições foram publicadas por teóricos de campos do pensamento, organizações de políticas e educacionais, fundações e movimentos sociais, como tentativa de oferecer uma definição relacionada aos preceitos que vinha sendo sistematizado em muitos territórios nacionais. Em função da força, esses distintos grupos de campos progressistas conformaram um movimento crítico ao neoliberalismo, cujos exercícios dos intelectuais cumprem papel relevante.

Em minhas investigações, identifiquei muitas interpretações que dialogam acerca da questão da neoliberalização nas ciências humanas, principalmente, voltando-se para as mudanças que foram produzidas e para seus efeitos (Birch, 2015). Destacarei aquelas que são as comumente citadas pela literatura que mobiliza, de distintos modos, as problemáticas relacionados ao neoliberalismo. Essas literaturas não esgotam, obviamente, o tema, ainda que forneçam evidências que permitem compreender os principais elementos conceituais, numa diversidade de perspectivas conceituais.

Para a interpretação marxista, o neoliberalismo se constitui como “como um projeto *político* de restabelecimento das condições da acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas” (Harvey, 2008[2005], p. 27 – grifo do autor).

Tal projeto deve ser sistematizado com vistas a estabelecer mais firmemente uma sociedade baseada no princípio da livre concorrência. Desde sua emergência, ele foi ampliado de modo avassalador pelos ideólogos e financiadores e vem sendo implementado numa escala intercontinental, que produz concentração de capitais e desigualdades a níveis estratosféricos. É definido, portanto, como abertamente consciente (McCarthy, 2008) e repleto de intencionalidades.

A interpretação foucaultiana atenta-se para a governamentalidade neoliberal e sugere que ela segue uma “lógica que tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação” (Dardot & Laval, 2016, p. 15), de modo que a forma com a qual molda seus governados estende tal conduta a todas “as relações sociais e a todas as esferas da vida” (Dardot & Laval, 2016, p. 7;

Zanotelli, 2021). Tal extensão se sustenta numa combinação que envolve tanto tecnologias de poder constituindo os exercícios de governo, quanto as novas tecnologias e espaços (Zanotelli, 2021) de poder (Foucault, 2008[1978]) que lhe caracterizam.

As interpretações institucionais, sobremaneira realizadas no campo da teoria jurídica e da economia, encontram a definição do neoliberalismo no conjunto de mudanças que ocorrem no interior das instituições. Campbell e Pedersen (2001) demonstram que o quadro político de hoje não pode ser facilmente traduzido se não se tem em conta que todas as mudanças que levaram a ele foram mediadas por instituições existentes. As mudanças se expressam, sobretudo, em termos de normas jurídico-econômicas cujas introjeções ocorrem em todas as estruturas, numa escala internacional.

As interpretações culturais partem dessa perspectiva para lançar luz sobre as mudanças culturais que são incorporadas e que se desdobram desse quadro (Collier, 2012). Tratam de estabelecer críticas às abordagens específicas sobre as instituições, sob o argumento de que elas não surgem do nada, e ir além. Tratam também de observar os papéis das organizações – entendendo que elas incorporam normas, ideias e discursos em sua estrutura de funcionamento, de modo a alterar o esquema existente. São pré-moldadas e pós-moldadas, conjuntamente.

As interpretações regulacionistas compreendem o neoliberalismo como um novo paradigma econômico (Jessop, 2002; 2010) sob o qual se desdobra o capitalismo. Nesta interpretação, os autores procuram entender a estrutura de funcionamento dos arranjos sociais que estabilizam o capitalismo e então permitem as transformações que ocorreram de um regime de acumulação para outro (do fordismo-keynesiano ao pós-fordismo-neoliberal, por exemplo), e como elas descrevem a estrutura de funcionamento do regime neoliberal.

Apesar de muitos dos autores se referenciar a partir de elementos teóricos e políticos muito distintos, suas teorizações partilham de pressupostos convergentes e divergentes em muitos aspectos. Destaco um conjunto de pontos convergentes entre os que delineiam esse movimento que, antes de tudo, é um movimento crítico aos preceitos do neoliberalismo.

Em primeiro lugar, reconhecem que o Estado é bastante “intervencionista”, ainda que seu papel seja distinto daquele que vem delineando ao longo do século XX, momento em que o liberalismo clássico era determinante (Peck, 2004, p. 395). Isso é, para a instauração dos preceitos, os neoliberais fazem uso dos poderes, do aparato e dos fundos do Estado para expandir e impor mecanismos do livre mercado nas sociedades.

Convergem também na ideia de que, sem sombra de dúvidas, o projeto que institui o neoliberalismo tem sido o mais bem-sucedido entre aqueles que fundamentam o modo de produção capitalista nas últimas décadas.

Um dos problemas relacionados à maneira pela qual o neoliberalismo vai se intensificando, imiscuindo-se em todas as esferas da vida – dos Estados às organizações privadas, chegando aos corações e mentes – é que, apesar das tantas crises que ele engendra à medida que vai se intensificando, segue sendo forte e potente e, mesmo após múltiplas ocorrências de desastres por ele impulsionados, continua determinante. A permanência do neoliberalismo, a despeito de qual ponto de vista, é um dos pontos convergentes que preocupa os estudiosos críticos ao neoliberalismo.

Apesar das fundamentações temporais que delineiam suas teorias, é comum também observar que o neoliberalismo influencia a política dos estados-nacionais em suas múltiplas instâncias e manifestações, por mais incompatíveis que elas possam ser: democráticos, monárquicos, teocráticos e autoritários-totalitários. Em todas as formas de exercício de poder sobre os territórios e seus povos, constata-se a ocorrência de políticas neoliberais. É talvez considerando essa ampla influência que Perry Anderson (2000, p. 6-7) o concebe como uma “ideologia universal”.

No entanto, mesmo que a política e a ideologia dos formuladores sejam identificáveis e mesmo elas tendo se tornado dominantes em nosso tempo (Chomsky, 2021), os críticos do neoliberalismo destacam o fato de que seus formuladores se dizem pretensamente a-ideológicos (Mises, 2010). Por exemplo, um de seus ideólogos, Von Mises (2010), afirmava sistematicamente que suas formulações não seguiam fundamentos partidários como forma de ofuscar as intencionalidades existentes.

Um outro aspecto comumente levantados é como seus propiciadores (parcela deles políticos) não perdem tempo para garantir que o projeto de restauração e sustentação do capitalismo persista, nem que para isso necessitem se prostrar de forma mais severa e destrutiva (Castree, 2010); mobilizar os meios truculentos (tecnologicamente sofisticados ou não) de vigilância, controle e repressão (Saad Filho, 2020) para sistematizar a implementação dos preceitos do neoliberalismo. Essas formas de implementação dos projetos têm sido frequentes, sobretudo em tempos de avanço dos partidos de extrema-direita no Brasil e no mundo (Lima, 2019). A despeito de todos os interesses contidos nos projetos partidários amplamente libertários que se alastram pelo globo e que são introjetados no interior do Estado (Arrais, 2022), seus propulsores se declaram também como anti-Estado. Não é à toa que seus

proponentes são, portanto, frequentemente retratados na "literatura crítica" como céticos da democracia (Birch, 2015).

O último ponto que quero destacar é o denominador comum dos críticos do neoliberalismo, relacionado à nomeação do neoliberalismo. Apesar do autoconhecimento dos primeiros formuladores, o termo neoliberal deixou de ser mobilizado por seus ideólogos nas últimas décadas, muito em função da carga pejorativa que os campos progressistas que conformam o movimento crítico conseguiram emplacar.

O termo neoliberalismo está praticamente ausente das discussões e formulações político-ideológicas dos formuladores que alimentam, ainda hoje, os preceitos do neoliberalismo. Com a exceção da autodenominação de Emmanuel Macron nas eleições gerais francesas de 2022, que se declarou e apareceu na mídia como um "sólido neoliberal" ante à candidata "mais à direita", Marine Le Pen, são poucas as menções próprias feitas por defensores políticos, midiáticos e intelectuais. No campo do debate político, os preceitos neoliberais aparecem sob novos signos relacionados à liberdade irrestrita (que é um de seus fundamentos) no ato de governar, cujo espectro político é definido como sendo populista (Ucrânia), de libertarismo econômico e/ou anarcocapitalismo (Argentina e Ucrânia), relacionado às formas de nacionalismo de direita insurgentes (Portugal) e aos avanços que impedem o livre exercício democrático de todos os indivíduos (Brasil e Estados Unidos), inclusive no que se refere aos princípios religiosos cristãos. No campo midiático, aparece como forma de fazer avançar a sociedade (Guilbert, 2020) e, no trabalho intelectual, da impossibilidade de acabar com as mazelas, ante ao impedimento feito pelas "esquerdas" (Ellery, 2022). Seus preceitos e interesses são, portanto, identificáveis em termos do reconhecimento dos preceitos que fundamentam o neoliberalismo efetivamente na autodenominação.

Desse modo, denomina-se neoliberalismo tanto como uma maneira de se situar no campo dos movimentos progressistas e ou revolucionários que produzem críticas aos seus preceitos quanto uma maneira de explicitar os fundamentos que são amplamente mascarados por seus ideólogos e identificar os valores políticos (Castree, 2010) que "vendem" em todas as esferas nas quais atuam.

Apesar do pluralismo dos campos teóricos e políticos - socialistas, estadistas, reformistas e revolucionários – com pressupostos muito distintos entre si que constituem os críticos do neoliberalismo, os elementos que fundamentam propósitos comuns entre eles é um dos pontos fortes que delineiam as convergências que os reúnem.

Apesar dos pontos convergentes, existem também os pontos divergentes que descreve tal movimento crítico. Destacarei alguns de seus aspectos.

Em primeiro lugar, embora as perspectivas sejam quase sempre críticas aos preceitos defendidos pelos formuladores do neoliberalismo, os enfoques nunca mobilizam as mesmas questões. Ainda que um mesmo campo teórico e político, podem existir diferentes perspectivas e caminhos de pesquisa que são seguidos pelos intelectuais. Como demonstrei anteriormente, eles variam desde as perspectivas críticas marxistas, foucaultianas, reformistas e estatais. Trata-se, portanto, de uma problemática com pouca ou nenhuma fronteira teórica e analítica (Castree, 2010), mobilizadas para responder a uma infinidade de problemáticas.

Assim sendo, o objeto sobre o qual se debruça o estudo sobre o neoliberalismo nunca é o mesmo. Ponto de partida e ponto de chegada variam amplamente. Tanto é que há quem consiga identificar a sobrevivência do projeto neoliberal quase um século depois das primeiras formulações de sua linha mestra (Peck, 2013) e quem consiga identificar que o neoliberalismo não tem mais uma influência predominante na agenda política de países como os EUA, onde teria sido eclipsado pelo neoconservadorismo (Turner, 2008, p. 224-6). Mesmo observando que elementos constituintes deram sustentação à estruturação do neoliberalismo como tal, as propostas de desestruturação de seu edifício são muito heterogêneas entre si. Oscilam desde aqueles que acreditam que sua estruturação já está em plena ocorrência ou já deu lugar a outra estrutura (a neoconservadora, por exemplo) (Turner, 2008), passando por quem defende que a tomada de posição para sua derrubada deve passar pela tomada do Estado (Jessop, 2010), com supostos reformistas que, de maneira saudosista ou mesmo idílica, advogam em favor da refundação do capitalismo dourado do liberal-keynesianismo e/ou melhorá-lo rumo a uma lógica de estruturação comum (Dardot & Laval, 2016), e chegam às defesas revolucionárias que prescindem de organização estratégica dentro e fora do Estado para dar fim ao neoliberalismo (Harvey, 2008[2005]).

No entanto, apesar das latentes distinções entre campos teóricos que se propõem a dialogar e entender as incidências das políticas neoliberais no ocidente global e relacionar essa estrutura a uma outra forma de sociabilidade, elencando, cada um a seu modo, as utopias, as visões críticas acerca do tema o associam a uma ideia segundo a qual o neoliberalismo se identifica como um fenômeno amplamente abrangente (Peck, 2010), que se identifica por toda parte.

Há uma limitação espacial comum no diálogo travado entre esses autores. Todos eles debatem elementos constituintes do processo a partir de países situados no norte global. A

maioria dos esforços de teorização que são diretamente relacionados ao tema centrou-se na identificação dos “interesses” e “valores” dos formuladores, em definir o que é e o que não é o neoliberalismo (Birch, 2015), embora poucos detalhes relacionados às implementações tenham sido oferecidos para definir operacionalmente como se dá o processo de implementação. Considerando que a maioria desses estudos já seguiu por essa linha, ao invés de seguir colocando em relevo as formas de teorização e investigar suas linhas mestras, o que, é certo, é um exercício relevante para compreender a formulação, seguirei demonstrando determinadas insuficiências relacionadas às teorizações do neoliberalismo.

As teorias estão amplamente direcionadas a demonstrar que i) os preceitos dos ideólogos formuladores integraram tipos de conhecimento altamente dispersos que conformaram a sociedade, ii) desempenham papéis estruturantes nas políticas estatais e nas relações sociais em muitos países do Ocidente, e iii) seus efeitos repercutem de modo cada vez mais incisivo e dramático sobre tais países. São, em sua maioria, propostas que se opõem aos preceitos da liberdade do mercado, cuja escala e propulsão se imiscuíram em todos os domínios sociais, a despeito de não relacionarem, em geral, quais seriam as estratégias necessárias para confrontar tais preceitos.

Com exceção das teorizações feitas no campo da geografia (Harvey, 2008[2005]; Peck, 2004; Castree, 2010), todas as definições incluíam, em geral, as características mais gerais do conceito, seus componentes filosóficos e políticos e seus resultados. Trata-se de teorizações a-espaciais e a-históricas. No entanto, estão pouco interessadas em demonstrar os elementos relacionados às formas de implementação. Como é que esses fundamentos foram implementados na prática e ao longo do tempo? Tais implementações ocorrem do mesmo modo em todas suas ocorrências?

Considerando a necessidade de observar os aspectos relacionados a esses elementos, passo a apresentar determinadas insuficiências explicativas relacionadas às teorias críticas.

A primeira insuficiência está circunscrita ao espaço-tempo das teorizações. Um dos principais fundamentos é que o conceito aparece como se fosse abrangente e totalizante, um conceito que explica todas as manifestações políticas recentes, independentemente das particularidades. Da Coreia do Sul à Argentina, da Rússia ao Brasil, dos Estados Unidos ao Irã, todos os regimes costumam ser enquadrados em uma única matriz explicativa. Dardot & Laval (2016) assim o fazem. Os autores adotaram uma definição muito extensa do neoliberalismo, que inclui as consequências não intencionais da intervenção governamental em todos os

Estados nacionais onde são identificáveis. Apesar de centrarem-se na experiência europeia marcada no tempo, defendem uma representação conceitual que descreve “essa lógica normativa [é] global” (Dardot & Laval, 2016, p. 14).

Isso se deve ao fato de que a teorização abrangente e totalizante do neoliberalismo é amplamente abstrata, realizada sem muitos vínculos empíricos. A questão aberta a partir disso é: como as geografias estão sendo moldadas pelas rápidas e contínuas implementações do neoliberalismo no interior das sociedades?

Stephen Collier (2012, p. 187-8) questiona como olhar além da teoria neoliberal para mostrar como os regimes neoliberais realmente existentes são constituídos. A resposta a essa pergunta carece de análises empíricas das realidades sobre as quais o neoliberalismo incide. O papel da teorização realizada no campo da geografia é fundamental para construir um diálogo em torno dessa questão. Os geógrafos críticos (anglófonos, principalmente), estão observando os limites da tentativa de apresentar políticas como se fossem universais, perdendo de vista suas complexidades. A crítica corrente é que essas teorias, apesar de suas diferenças, concentraram-se em definir quais seriam os elementos que constituíram o surgimento do neoliberalismo no contexto europeu, observando também os efeitos de sua difusão ao redor do globo como se eles se dessem do mesmo modo, sem com isso estabelecer vínculos empíricos com a pesquisa. É insuficiente assumir que essas políticas estarão em todas as partes (Collier, 2011, P. 248-9), sem o reconhecimento das formas pelas quais são implementadas. Por mais que seja possível demonstrar que o neoliberalismo é hoje dominante e que tem um caráter universal, a pesquisa carece de observar seus aspectos singulares em cada particularidade sobre a qual incide. Se não, perde-se de vista os elementos que o constituem em cada terreno social sobre o qual incide.

Esse conjunto de elementos nos remete a duas questões cruciais para as quais a teoria deve estar atenta. A primeira delas se relaciona ao fato de que as neoliberalizações nunca ocorrem do zero (Larner, 2003). Hibridizam-se com outras manifestações políticas, com instituições existentes, conjuntos políticos regionais e nacionais específicos. Em um artigo importante sobre o tema, o geógrafo James McCarthy (2008) demonstrou que o projeto foi heterogêneo desde o início – com “postos avançados” não idênticos na Áustria, na Alemanha e nos EUA (Castree, 2010).

A segunda questão relacionada ao tema remete à discussão sobre o terreno social sobre o qual incide o neoliberalismo e a forma pela qual ele é adaptado para ser introjetado. É nesse sentido que as formas de implementação produzem sempre e inevitavelmente variantes

únicas e contingentes, nem sempre de fácil identificação (Larner, 2003), que se constituem a partir de múltiplos campos de atuação. Um olhar para as realidades concretas (que requer trabalho empírico) nos remete a formas de identificar suas manifestações no espaço e no tempo.

A primeira insuficiência se refere ao papel e à agência que cumprem Estado, trabalho e capital (três campos de força fundamentais para a estruturação do processo) nas teorizações do neoliberalismo. As pesquisas se debruçam em compreender o papel dos ideólogos, tanto em termos de seus fundamentos (que integraram tipos de posições altamente diversas no interior do projeto) quanto das ações que cumpriram ao longo do tempo. O papel de suas elaborações e suas ações são amplamente dimensionados na construção do que sedimentou o neoliberalismo no decorrer da história.

Os críticos estão muito mais preocupados em demonstrar quem ganhou na batalha das ideias que deu lugar ao neoliberalismo do que em demonstrar a ação e função dos distintos campos de força que o ensinaram. Brennetot (2015) e Dardot & Laval (2016), por exemplo, se prestaram a demonstrar que as ideias da Sociedade Mont Pèlerin foram potentes ao ponto de subjugar países, partidos políticos e sociedades inteiras, atingindo corações e mentes, ao serem disseminados de maneira quase “uniforme” ao redor do globo e ao longo do tempo. Todos os rincões do globo foram sendo lançados à vala comum da “governamentalidade neoliberal” (Dardot & Laval, 2016), que define o conceito. Isso levanta uma questão crucial: como podem as ideias teóricas de um congresso serem impulsionadas ao ponto de hoje serem fundantes em tantos lugares no decorrer de tantas décadas?

É certo que a importância de suas formulações é crucial para compreender os fundamentos do neoliberalismo, mas muito embora a Sociedade Mont Pèlerin tenha oferecido elementos que seguem ainda balizando os preceitos do neoliberalismo, uma análise crítica sobre seu papel carece ainda de explicitar alguns pontos.

Como ponto de partida, é necessário verificar quais seriam as diferenças referentes ao projeto inicial e à implementação atual. Isso exigiria ir além de um olhar do tempo como um elemento estático, careceria introduzir na teoria do neoliberalismo uma visão triádica do espaço tanto em sua dimensão absoluta, não parando aí e atingindo as dimensões relativas e relacionais. Isso requer incorporar tanto os elementos do movimento do capital quanto a categoria espaço que lhe é inerente. O papel da teoria do espaço formulada por Harvey (2008[2005]) é aqui fundamental.

Faz-se necessário também compreender os papéis que cumprem os distintos campos de força que ensejam os processos que moldam as geografias nacionais. Por mais que se defenda os preceitos da liberdade irrestrita no modelo neoliberal, sabe-se que a capacidade dos indivíduos de tomar decisões por conta própria é amplamente limitada dentro de um sistema comandado por um conjunto de ações mediadas pelo Estado e capital. Esse aspecto é altamente relevante, pois coloca para nós o desafio de ir além da aparência de um processo tal qual ele se estrutura. Assim, parece ser improdutivo avaliar a essência do neoliberalismo com base em qualquer uma dessas experiências de congressos (Collier, 2012).

Na aparência, identificam-se as linhas mestras dos ideólogos formuladores, como se suas ideias tivessem o poder de serem transferidas por intermédio das ideias à todas as esferas que constituem a sociedade. Na essência, no entanto, são múltiplos os campos de força que atuam para que, mesmo após tantas crises que o neoliberalismo produz, ele continue a ser, ainda, a forma política determinante do capitalismo contemporâneo.

Isso requer ir além de olhar o papel que cumpre uma sociedade de forma autônoma como o fazem Dardot & Laval (2016), como se ela tivesse o poder suficiente para intervir nas sociedades e mudar o curso da política. Um olhar para os papéis que cumpriram os ideólogos é relevante para observar como se deu a sistematização do processo. Mas compreender seus elementos constituintes carece ultrapassar esse momento das funções para compreender também as funções correlatas de outros campos de força que atuaram para que ele se estruturasse.

Então, de que modo os preceitos, intencionalidades e ações dos formuladores neoliberais tornaram-se tão disseminados e influentes? Tal como argumentei, de forma inconsistente, o neoliberalismo tem sido amplamente analisado como se os intelectuais que formularam seus preceitos transferissem suas ideias a todas as esferas da sociedade. O papel dos agentes que instrumentalizam tais preceitos é ofuscado mediante essa relação. Em busca de superá-la e compreender quais campos de força deram sustentação a esse esforço interinstitucional e intercontinental, Jamie Peck (2008) tem sugerido que o projeto de restauração do poder de classes é consciente, intencional e amplamente consistente, e tem sido instrumentalizado por atores identificáveis (McCarthy, 2008). Considerando que sua busca é acertada, a pergunta consiste em compreender qual foi, portanto, o grau em que as ações dos capitais (nas mais distintas frações) incidiram no curso do processo, sendo fundamental.

Os formuladores estiveram “preparando o terreno” para uma série de respostas reacionárias e reformas de apresentação (Peck; 2010; 2013), mas o fizeram a partir de

comandos de outros campos de força que lhes deram sustentação. Por sustentação, entenda-se tanto os papéis que lhes foram atribuídos no exercício de formulação quanto os de sistematização que foram estruturados. As funções do Capital – em seu acoplamento com o Estado – são, nesse aspecto, fundamentais. As atuações dos capitais nacionais e transnacionais, sempre coadunando em favor da acumulação ampliada de capital, foram aquelas que demonstraram o maior compromisso material com a sistematização e a manutenção do projeto. A estrutura de grandes instituições capitalistas globais que operam sob a estrutura transnacional das cadeias globais de produção são exemplares.

A concentração de capital e de poder que possuem essas corporações tem o papel de moldar as políticas, as instituições jurídicas (Harvey, 2018; Coutinho, 2021), as leis e normas de modo a atender seus interesses (Chomsky, 2021). Nesse sentido, o papel dos formuladores, subjacente ao de outros campos de força, deve ser observado muito mais em termos da fonte que estabeleceram interesses corporativos para dar sustentação ao projeto do que efetivamente como sendo eles responsáveis por sua implementação. Então, além do papel que cumpriram os formuladores, deve-se ter em conta quais meios legitimaram que seus preceitos foram sistematicamente introjetados de modo a adentrar todas as esferas da vida.

Isso pode ser buscado, entre outros procedimentos, por meio de uma investigação do financiamento. “É difícil imaginar uma sociedade na qual a liberdade possa ser efetivamente preservada” (Hartwel, 1995, p. 7-8), sem que se tenha um projeto amplo que o sedimente, sem um amplo contingente de recursos e sem o poder de persuasão que possuem institutos e organismos. A maneira como os formuladores introjetam e conseguem acomodar os recursos para a implementação de múltiplas camadas de estratégias necessita de financiamentos amplos, tanto para que as formulações fossem produzidas quanto para que elas pudessem ser disseminadas ao longo do globo, de modo que fossem defendidas por distintos agentes sociais. A questão de quem financiou (ou está a financiar) tal projeto político de restauração é essencial para a investigação que se pretende crítica.

Embora as pesquisas mencionem tanto esse ponto quanto o fato de que elas são impulsionadas por redes e institutos de pesquisas (*think tanks*, por exemplo) e por organismos multilaterais, pouco demonstram quem são os agentes que estão por trás deles e de que forma eles produzem e disseminam atualmente seus fundamentos. Essa é uma das insipiências que as demarcam.

2. RECAPITULAÇÕES E CONSIDERAÇÕES

Ao longo deste artigo, coloquei o conceito de neoliberalismo em debate como forma de analisar e discutir os significados e as intencionalidades que existem por trás de suas mobilizações. A necessidade de realizar esse exercício teórico deveu-se a duas dificuldades gerais identificadas a partir das teorias. As interpretações que, desde diversos campos teóricos e políticos, relacionam-se com o conceito atribuem a ele significados distintos e ambíguos. Parte delas defende que os ajustes neoliberais garantem a prosperidade individual e o bem-estar coletivo, enquanto outra parte advoga que esses ajustes repercutem de forma dramática sobre as condições de vida da maioria, em detrimento da concentração de capital por poucos.

Outra dificuldade diz respeito ao escopo de sua mobilização. O conceito é comumente utilizado para fundamentar e analisar a ocorrência de fatos concretos bastante heterogêneos entre si, tanto em termos positivos quanto negativos. Foi necessário identificar e demonstrar, então, quais os significados possíveis de um conceito polissêmico como o de neoliberalismo e quais as intencionalidades existentes por trás de suas mobilizações.

O exercício foi conduzido a partir de dois conjuntos de interpretações que definem os campos permitidos para perseguir tal exercício: o dos ideólogos que formularam e disseminaram preceitos favoráveis ao neoliberalismo e o dos que analisaram e criticaram esses preceitos e suas implementações. Como argumentei, são campos teóricos e políticos que possuem pressupostos ideológicos contraditórios e irreconciliáveis entre si.

Ao interpretar os elementos que delineiam os fundamentos intrínsecos à perspectiva dos ideólogos formuladores, principalmente alguns aspectos sobre dois dos seus mais influentes formuladores, demonstrei que seu surgimento se deu no início do século XX, da confluência de tradições teóricas e políticas que, embora remontem ao liberalismo clássico do século XVIII e ao moderno do século XIX, sofreu algumas alterações relevantes: escola austríaca, alemã, inglesa e estadunidense, que apesar de possuírem determinadas divergências entre si, confluíam para o fato de que as estruturas do liberalismo, tal qual estruturadas nos estados nacionais na década de 1920, colocavam sob risco a manutenção do capitalismo, especialmente pós-depressão de 1929, quando seus formuladores se reuniram para traçar estratégias de restauração das bases da acumulação de capital, então ameaçada. Passaram a defender então a necessidade de uma forma de intervenção distinta das que vinham sendo estabelecidas. Dessa busca por restauração, que converge com o que David Harvey (2008[2005]) acertadamente descreveu como um projeto político de restauração do poder das

classes dominantes, surgiu o neoliberalismo, cujas linhas mestras que o delineiam passaram a ser formuladas em eventos de grande magnitude.

Evidenciei então que ele não é meramente, como o próprio prefixo "*neo*" sugere, um ressurgimento do liberalismo. Em seu contexto, foi concebido pelos ideólogos formuladores como sendo uma variação do liberalismo que se radicalizou à medida que foi sendo reformulado por seus ideólogos, com um conjunto de intencionalidades voltadas para a ampliação de um projeto político relacionado à manutenção da estrutura da propriedade privada sobre a qual se assenta o capitalismo e à defesa irrestrita da primazia das liberdades individuais, especialmente a econômica, como seu princípio reitor.

Não se trata, como expus, de uma doutrina unificada e tampouco monolítica. Contempla um conjunto de pressupostos político-econômicos, ideológicos e até mesmo discursivos muito diversos, mas com interesses convergentes no que se refere à implementação de seu projeto - que pode e deve ser adaptável em todas as formas de implementação, como previram entre os seus principais formuladores que citei no texto, Hayek e Mises. Apesar da finalidade, os ideólogos formuladores descrevem-se enquanto apartidários e não ideológicos. Apesar de não ter feito uma discussão relacionada ao caráter político que essa pretensão esconde, demonstrei que seus interesses são fortemente normativos e sua mobilização é, quase sempre, pautada em argumentos que permitem aos formuladores sustentar que suas formulações são relacionadas à necessidade técnica e não a uma ideologia ou política.

São pretensamente apolíticos e apartidários. Ainda que defendam que não havia princípios ideológicos, sua teoria foi um claro exemplo de como a política e a ideologia se intrometem na economia e na política econômica. De modo que aquele que observa as transformações que estão a ocorrer no capitalismo atual passa a percebê-las como se elas estivessem dissociadas dos aspectos políticos e ideológicos, bem como se seus desdobramentos mais dramáticos estivessem provocando tais repercussões. Esses teóricos não só atuam de má-fé, como o fazem deliberadamente para contribuir com a sustentação de um modelo de produção que os beneficia, em enorme medida.

De certo modo, os preceitos do neoliberalismo foram contidos por algumas décadas, ficando nas sombras da política até as irrupções econômicas dos anos 1970. Os efeitos da crise de 1973 forneceram uma oportunidade para uma guerra de classes mais vigorosa em prol do projeto de restauração. Desde então, mesmo confluindo em crises econômicas como a financeira de 2007-2008 e produzindo enormes índices de desemprego estrutural e a

exploração e precarização da força de trabalho (Antunes, 2018; Grohmann, 2020), seguidos da diminuição dos salários, a acentuação da desigualdade e pobreza (Lima, 2019), para citar alguns de seus desdobramentos.

São essas acepções que conferem sustentação à defesa intransigente dos valores da pretensa racionalidade da eficácia do mercado e aos projetos políticos de austeridade que a eles se acoplam. Sobre quaisquer elementos referentes à solidariedade advindas do Estado relacionadas ao bem-estar, os preceitos que fundamentam essa acepção são mobilizados.

Nesse contexto, surgiram diversas interpretações que pretendiam dar continuidade à teorização do neoliberalismo, tecendo críticas aos formuladores e aos preceitos do neoliberalismo. Apesar das distintas fundamentações temporais que o demarcam, existem determinados pressupostos convergentes dos críticos. Entre eles, a comum ideia de que desde meados das décadas de 1970, o que se testemunha é uma convulsão das forças que sustentam o projeto intelectual e político neoliberal, que sistematizaram um monumental esforço no sentido de ampliar seus preceitos em todos os cantos do globo.

Desde então, os preceitos do neoliberalismo foram se imiscuindo às formas políticas pré-existentes em muitos países do Ocidente global, inspirando regimes muito distintos entre si, desde o projeto ditatorial de Castello Branco no Brasil e de Pinochet no Chile, passando pelos projetos “democráticos” de Thatcher na Inglaterra e de Reagan nos Estados Unidos. Todos eles moldaram as ações do Estado para a implementação sistematizada do neoliberalismo. Mas nunca atuam sozinhos, se hibridizam com outros processos e formas políticas, ainda que possam, sobre eles, prostrar-se de modo determinante. Isso implica no reconhecimento de uma questão pouco explicitada: as políticas neoliberais são compatíveis com regimes de governo muito diversos entre si.

Os críticos também coadunam com a ideia de que desde meados da década de 2010, o avanço do projeto neoliberal se alastrou e se demonstrou intenso e veloz, incidindo de modo abrupto sobre as políticas que ele fez desmoronar. Todos os rincões do globo foram sendo lançados à vala-comum das políticas neoliberais. Apesar desse alcance histórico e espacial que atingiu o neoliberalismo, os ideólogos formuladores mascaram suas pretensões e defendem que os preceitos do neoliberalismo são pretensamente apolíticos, decorre daí a necessidade de se nomear o [neo]liberalismo e não apenas liberalismo.

As interpretações que oferecem fundamentos extrínsecos aos preceitos pró-neoliberalismo possuem aspectos divergentes e convergentes em muitos elementos, que foram todos destacados ao longo do texto. Basta recapitular aqui o fundamento relacionado ao papel

do Estado no que se refere ao avanço da liberdade econômica. Como observaram os críticos mais atentos do neoliberalismo, este não buscou ou alcançou uma diminuição do Estado, mas uma reimaginação e transformação dele (Peck, 2010; Mirowski, 2009). Os críticos denotam também que a sistematização do neoliberalismo levou a uma realocação do poder, de modo que a política estatal, a economia, os marcos regulatórios e as instituições passaram todas a serem subsumidas pela lógica da racionalidade da eficácia econômica. A pluralidade de interpretações que o descrevem, a despeito das diferenças, dota de força o movimento crítico ao neoliberalismo.

Em segundo lugar, a teoria crítica do neoliberalismo é largamente/amplamente abstrata. Os estudos terminam apresentando fundamentos teóricos sobre o neoliberalismo, de modo que sua história se encerra em si mesma, sem que se explicitem os elementos constituintes do processo e como seu entendimento pode oferecer as bases para a transformação social. Não se está, com isso, desconsiderando as pesquisas históricas, mas indicando, como demonstrei, que os estudos críticos no sentido proposto, entre outros, por Dardot e Laval (2016), carecem de maiores fundamentações empíricas acerca do conceito que estão a teorizar.

Em terceiro, a agência do processo. Os estudos demonstram que o conjunto de ideias do neoliberalismo foi formulado por seus ideólogos que compuseram a sociedade Mont Pèlerin. Embora reconheçam que ele vem sendo implementado numa escala intercontinental, atribuem a agência de sua implementação aos ideólogos. O artigo levantou a seguinte questão: como podem as ideias teóricas de um congresso serem impulsionadas ao ponto de hoje serem fundantes em tantos lugares no decorrer de tantas décadas? Como explicação, demonstrou os agentes que conferem sustentação ao projeto.

Então, de que modo os preceitos, intencionalidades e ações dos formuladores neoliberais tornaram-se tão disseminadas e influentes? É certo que os formuladores estiveram “preparando o terreno “para uma série de respostas reacionárias e ajustes (Peck 2010), mas o fizeram a partir de comandos de outros campos de força que lhes deram sustentação. Nesse sentido, a problemática consiste mais em como o neoliberalismo foi se tornando essa máquina de moer e explorar sociedades e territórios do que em efetivamente quem formulou os elementos que deram surgimento a ele (Collier, 2012). Tampouco contribui identificar quando e onde ele teve surgimento. As funções do Capital – em seu acoplamento com o Estado – são, nesse aspecto, fundamentais. E não são, em geral, teorizadas pelos estudos que se pretendem críticos.

Pode-se questionar, para concluir, se o avanço do neoliberalismo é inevitável. O avanço do neoliberalismo não segue um curso inexoravelmente contínuo e não será, portanto, a história toda. Por mais que todas as barreiras que foram colocadas para impedi-lo tenham sido transpostas, há muitas formas de barrá-lo – o que exigirá uma eficaz organização em larga escala, baseada em movimentos de massa populares anticapitalistas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. Campinas: Editora Autores Associados, 2004.

ANTUNES, Ricardo. Apresentação. Em: MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Editora Boitempo, 2002[1995], p. 15-20.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: O novo proletariado de serviço na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Editora Boitempo, 1999.

ARRAIS, Tadeu. **Somos os mortos vivos: de como The walking dead explica a natureza da cidade e o sentido do neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Editora Letra Capital, 2022.

ARRAIS, Tadeu. The consensual divorce of Geography. adherence to neoliberalism, the cult of freedom and the overthrow of democracy. Em: GONZÁLEZ, Rubén; MITIDIERO JUNIOR, Marco (Orgs.). **Brazilian Geography: advances in geographical and environmental sciences**. Springer, Singapore, 2022, p. 125-168. https://doi.org/10.1007/978-981-19-3704-0_10

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Editora Insular, 2013 [1978].

BIRCH, Kean. **Neoliberalism: The Whys and Wherefores ... and Future Directions**. Revista Sociology Compass, v. 9, n. 7, 2015, p. 571-584.

BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade social na América Latina após o dilúvio neoliberal**. Revista do Observatório da Cidadania (IBASE), v. 1, n. 11, p. 91-98, 2007.

BRENNETOT, Arnaud. **The geographical and ethical origins of neoliberalism the Walter Lippmann Colloquium and the foundations of a new geopolitical order**. Revista Political Geography, v. 49, n. 1, p. 30-39, 2015.

CAMPBELL, John; PEDERSEN, Ove (Orgs.). **The rise of neoliberalism and institutional analysis**. Princeton University Press, 2001.

CASTREE, N. **From Neoliberalism to Neoliberalisation: Consolations, Confusions, and Necessary Illusions**. Environment and Planning A, v. 38, p. 1-6, 2006.

CASTREE, N. **Neoliberalism and the Biophysical Environment 1: What 'Neoliberalism' is, and What Difference Nature Makes to it**. Geography Compass, v. 4, p. 1725-1733, 2010. <https://doi.org/10.1111/j.1749-8198.2010.00405.x>.

CHOMSKY, Noam; POLYCHRONIOU, C. J. **The precipice: neoliberalism, the pandemic and the urgent need for social change**. Chicago: Haymarket Books, 2021.

COLLIER, Stephen. **Neoliberalism as big Leviathan, or...? A response to Wacquant and Hilgers**. *Revista Social Anthropology*, v. 20, n. 1, p. 186-195, 2012.

COUTINHO, Aldacy Rachid. Terceirização no setor público vista pela ADC 16, ADI 1923 e tema 246 em repercussão geral: em pauta o STF. Em: Dutra, Renata; Machado, Sidnei (Orgs.). **O Supremo e a Reforma Trabalhista: a construção jurisprudencial da Reforma Trabalhista de 2017 pelo Supremo Tribunal Federal**. Porto Alegre: Editora Fi, 2021. p. 31-66.

CRISTI, Renato. *Carl Schmitt and Authoritarian Liberalism*. Cardiff: University of Wales Press, 1998.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016 [2009].

DAVIES, W.; GANE, N. **Post-Neoliberalism? An Introduction**. *Theory, Culture & Society*, v. 38, n. 6, p. 3-28, 2021. <https://doi.org/10.1177/02632764211036722>.

ELLERY, Roberto. **A verdade sobre o Neoliberalismo e o Consenso de Washington**. Instituto Liberal. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/blog/economia/a-verdade-sobre-o-neoliberalismo-e-consenso-de-washington/>. Acesso em: 05 mar. 2024.

FOUCAULT, Michael. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008[1978].

GAGO, Verónica. **La razón neoliberal: economías barrocas y pragmática popular**. Buenos Aires: Editora Tinta Limón, 2014

GARCÍA LINERA, Álvaro. **¿Qué es una revolución?: y otros ensayos reunidos**. Buenos Aires: CLACSO, 2021.

GROHMANN, Rafael. **Plataformização do trabalho: entre dataficação, financeirização e racionalidade neoliberal**. *Revista Eletrônica Internacional De Economia Política Da Informação Da Comunicação E Da Cultura*, n. 22, v. 1, 2020, p. 106–122. Recuperado de <https://periodicos.ufs.br/eptic/article/view/12188>.

GUILBERT, Thierry. **As evidências do discurso neoliberal na mídia**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

HALL, Stuart. **The neo-liberal revolution**. *Revista Cultural Studies*, v. 25, n. 6, p. 705-728, 2011.

HARTWELL, Ronal. **A History of the Mont Pelerin Society**. Indianapolis: Liberty Fund, 1995.

HARVEY, David. **A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI**. São Paulo: Editora Boitempo, 2018.

HARVEY, David. **Neoliberalismo: histórias e implicações**. São Paulo: Editora Loyola, 2008 [2005].

HARVEY, David. **Seventeen contradictions and the end of capitalism**. Londres: Profile Books, 2014.

HARVEY, David. **The anti-capitalist chronicles**. Londres: Pluto Press, 2020.

HAYEK, F. A. **O caminho da servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010 [1944].

HAYEK, Friedrich. **The Overrated Reason**. Journal of the History of Economic Thought, v. 35, s./n., 2013, p. 239-256.

JESSOP, Bob. From Hegemony to Crisis? The Continuing Ecological Dominance of Neoliberalism. In: BIRCH, K.; MYKHENKO, V. (Orgs.). **The Rise and Fall of Neoliberalism: The Collapse of an Economic Order?** London: Zed Books, 2010. p. 171-187.

JESSOP, Bob. **The Future of the Capitalist State**. Cambridge: Polity, 2002.

JOHNSON, Stephen. **Is Neoliberalism Dead In Latin America?**. Report. The Heritage Foundation, 2003. Disponível em: <https://www.heritage.org/americas/report/neoliberalism-dead-latin-america>. Acesso em 19 de janeiro de 2024.

LARNER, Wendy. **Neoliberalism? Environment and Planning D: Society and Space**, v. 21, p. 509-512, 2003.

LIMA, Flávio. **A ascensão da extrema direita no Brasil**. Revista Percurso, v. 11, n. 1, p. 207-215, 2019.

LIMA, Flávio. **Sobre o processo de industrialização na formação socioespacial brasileira**. 2023. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/12665>. Acesso em: 12 junho de 2024.

LIMA, Flávio. Under the Shadows of Capital-Imperialism: Conditions of Expropriation and Exploitation of Haitian Immigrants. Em: RITCHIE, G., CARPENTER, S., MOJAB, S. (Orgs.). **Marxism and Migration: Marx, Engels, and Marxisms**. Nova York: Palgrave Macmillan, Cham, 2022. https://doi.org/10.1007/978-3-030-98839-5_6

MAINES, Raino. **Liberalismens mangfold**. Revista Statsvetenskaplig Tidskrift, v. 101, 1998, p. 304-313.

MANN, Geoff. **Keynes resurrected? Saving civilization, again and again**. Revista Dialogues in Human Geography, v. 6, n. 2, p. 119-134, 2016.

MARX, Karl. **O Capital - Livro III: o Processo global da produção capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2017[1894].

McCARTHY, James. **Neoliberalism and the Politics of Alternatives: Community Forestry in British Columbia and the United States**. Annals of the Association of American Geographers, v. 96, n. 1, p. 84-104, 2006. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8306.2006.00500.x>.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Editora Boitempo, 2002[1995].

MIROWSKI, Philip; PLEHWE, Dieter (ORGS.). **The Road from Mont Pèlerin: The Making of the Neoliberal Thought Collective**. Cambridge: Harvard University Press, 2009. <http://www.jstor.org/stable/j.ctvjghwxz>.

MISES, Ludwig. **A ação humana: Um Tratado de Economia**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010[1949].

NOFAL, Sulafa. **The historical roots of neoliberalism: origin and meaning**. Brazilian Journal of Political Economy, v. 43, n. 3, 2023, p. 576-591.

OLIVEIRA, Francisco de. **Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

PECK, Jamie. **Explaining (with) Neoliberalism**. Revista Territory, Politics, Governance, v. 1, n. 2, p. 132-157, 2013.

PECK, Jamie. **Geography and public policy**: constructions of neoliberalism. Progress in Human Geography, v. 28, n. 3, p. 392-405, 2004.

PECK, Jamie. **Remaking laissez-faire**. Revista Progress in Human Geography, v. 32, n. 1, p. 3-43, 2008.

PINTOS, Patricia; ASTELARRA, Sofía. Introducción. In: PINTO, Patricia; ASTELARRA, Sofía (Orgs.). **Naturalezas neoliberales**: conflictos en torno al extractivismo urbano inmobiliario. Buenos Aires: El Colectivo, 2023. p. 17-28. ISBN 978-987-8484-26-6.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens políticas e econômicas de nossa época. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2021 [1944].

PRAUN, Luci. **A Espiral da Destruição**: legado neoliberal, pandemia e precarização do trabalho. Trabalho, Educação e Saúde (ONLINE), v. 18, p. 1-8, 2020.

RITCHIE, Genevieve; CARPENTER, Sara; MOJAB, Shahrzad. (2022). As Migrants Move: (re)formation of class and class struggle. In: RITCHIE, Genevieve; CARPENTER, Sara; MOJAB, Shahrzad. (Orgs.). **Marxism and Migration**: Marx, Engels, and Marxisms. Palgrave Macmillan, Cham, 2022. p. 3-31. https://doi.org/10.1007/978-3-030-98839-5_1

RODRIGUES, Arlete Moysés. Desconstruindo e reconstruindo ideais de teorias para compreender a cidade e o urbano. Sabemos para onde vamos? In: SERPA, Angelo; CARLOS, Ana Fani (Orgs.). **Geografia urbana**: desafios teóricos contemporâneos. Salvador: Editora da EDUFBA, 2018. p. 378-394.

RODRIGUES, Arlete Moysés. O direito à moradia e as políticas públicas de moradia no Brasil. Em: JACINTO, Rui (Org.). **Sociedade e memória dos territórios**. Lisboa: Âncora, 2022, p. 261-276.

RODRIGUES, João. **The Political and Moral Economies of Neoliberalism**: Mises and Hayek. Cambridge Journal of Economics, v. 37, 2013, p. 1001–1017. Doi:10.1093/cje/bes091.

SAAD-FILHO, Alfredo. **Varieties of Neoliberalism in Brazil (2003–2019)**. Revista Latin American Perspectives, v. 47, n. 1, p. 9-27, 2020. <https://doi.org/10.1177/0094582X19881968>.

TURNER, Rachel. **Neo-liberal ideology**: History, concepts and policies. Edinburgh University Press, 2008.

ZANOTELLI, Claudio. **A cidade neoliberal no Brasil de uma perspectiva foucaultiana**. Revista Geosp, v. 25, n. 3, 2021, e-172194, dez. 2021. ISSN 2179-0892.

Enviado em 12/01/2024

Aprovado em 08/06/2024